

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL E LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Lula perdeu terreno nos estados para Flávio

Flávio está à frente de Lula em mais estados

No dia 3 de agosto, fizemos no Correio da Manhã um levantamento com base nas pesquisas mais recentes que mostrava como a apertada disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição, e Flávio Bolsonaro (PL), seu principal adversário, se repetia estado por estado. Na ocasião, Lula liderava em dez estados e Flávio liderava em outros dez. Em seis estados, havia empate entre dois. Na ocasião, não foi encontrada pesquisa recente em Roraima. Novo levantamento feito agora mostra que o quadro se alterou em pouco. As pesquisas nacionais mostram como a briga continua acirrada. Mas agora, com base nas pesquisas mais recentes encontradas em cada um dos 26 estados e no Distrito Federal, Flávio tem uma vantagem em número de estados. Ele lidera a corrida eleitoral em 13 unidades da Federação. Lula lidera em 11. E há uma situação de empate em três delas.

Onde Flávio lidera

Flávio Bolsonaro lidera no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, no Amapá, em Roraima, no Acre, em Rondônia, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, e em Goiás. No caso de Goiás, com uma particularidade: segundo Real Time Big Data de 22 de setembro, quem aparece à frente no estado é Ronaldo Caiado (PSD), com 31%. Flávio empatou com ele, na margem de erro, com 30%. Caiado foi governador de Goiás.

REPRODUÇÃO/VÍDEO



Caiado: destaque solitário em Goiás

Onde Lula lidera

Já Lula lidera em Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. Toda a região Nordeste tem a liderança de Lula, enquanto Flávio tem toda a região Sul. Há situações de empate registradas no Amazonas, no Tocantins e no Distrito Federal. Em todos os casos, os levantamentos feitos pelo Correio Político consideram a pesquisa estimulada de primeiro turno em cada um dos estados e no DF, e não as hipóteses de segundo turno.

Flávio mais forte no Norte

As maiores vantagens percentuais de Flávio ocorrem na região Norte, embora em estados com população menor. Em Roraima, de acordo com Real Time Big Data de 10 de setembro, o candidato do PL tem 62% das intenções de voto, contra 18% de Lula. No Acre, segundo Real Time Big Data de 21 de setembro, tem 61%, contra 32% do candidato à reeleição. Flávio é forte também em Santa Catarina: 52%.

Lula no Nordeste

A força de Lula é inegável no Nordeste. Em termos percentuais, sua maior vantagem é no Maranhão, onde aparece com 62% contra 25% de Flávio, de acordo com Real Time Big Data de 10 de setembro. No Piauí, tem 59%, contra 20% de Flávio, conforme Datafolha de 17 de setembro. Na Bahia, Lula tem 52,8%, segundo AtlasIntel.

Empates

O levantamento de 3 de agosto tinha apontado empates no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Amapá e Tocantins. Desses, só apareceu empate agora no Tocantins. Mas agora surgiram empates no Amazonas e no Distrito Federal – no caso do DF, no primeiro turno; no segundo turno, quem lidera é Flávio.

São Paulo

Uma das apostas de Lula para estas eleições era conseguir reduzir a vantagem que em 2022 o ex-presidente Jair Bolsonaro apresentou no Sudeste. Os números mais recentes mostram Flávio em vantagem em São Paulo, maior colégio eleitoral. Flávio aparece com 41% na Real Time Big Data de 21 de setembro, contra 35% para Lula.

Minas

Já em Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral, Lula aparece com vantagem, embora pequena, sobre Flávio Bolsonaro, de acordo com Real Time Big Data de 21 de setembro. Lula teria no primeiro turno 39% das intenções de voto, contra 35% dados a Lula. No segundo turno, porém, os dois empatam: Flávio fica com 46% e Lula com 45%.

Rio

No Rio de Janeiro, o apoio do candidato favorito à eleição, Eduardo Paes (PSD), não se reflete em vantagem para Lula. Segundo Real Time Big Data de 14 de setembro, Flávio Bolsonaro tem no estado 40% e Lula 35% no primeiro turno. No segundo turno, Flávio vai a 51% e Lula fica com 45%. No Espírito Santo, a liderança é também de Flávio.

Imponderável

Os resultados, assim, seguem apontando para o imponderável no dia 4 de outubro, domingo em que acontecerá o primeiro turno das eleições presidenciais. O único ponto que as pesquisas mostram é que haverá segundo turno. E que esse segundo turno será entre Lula e Flávio Bolsonaro. Com exceção de Goiás, domínio de Ronaldo Caiado.

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Fux terá de enfrentar limites da proteção de dados na ação

Fux herda relatoria após impedimento de Moraes

Ação tem um desafio: os limites da transparência de dados

Por **Beatriz Matos**

A redistribuição para o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux da ação que busca registros de entrada e saída de pessoas no Senado encerra a questão processual aberta pelo impedimento de Alexandre de Moraes, mas transfere ao novo relator uma discussão mais ampla: até onde uma instituição pública pode restringir informações sobre quem circula em suas dependências e quando a proteção de dados pessoais pode prevalecer sobre o interesse público.

O processo foi redistribuído nesta terça-feira (22), depois que Moraes se declarou impedido.

Entre os nomes cujos registros são solicitados estão Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro; o ex-banqueiro Daniel Vercaro, do Banco Master; Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

Com a redistribuição, Fux passa a conduzir o mandado de segurança e poderá analisar os pedidos apresentados, inclusive eventual medida liminar. Para Douglas Zaidan, professor de direito constitucional da Universidade Católica de Salvador, a mudança

entrega ao ministro a condução integral do procedimento.

“A redistribuição da relatoria a Fux lhe confere competência para conduzir todo o procedimento do mandado de segurança e avaliar monocraticamente o pedido, inclusive em caráter liminar, do acesso às informações sobre a circulação das pessoas indicadas na ação nas dependências do Senado”, afirma.

PROTEÇÃO DE DADOS

O ponto central agora será a justificativa usada pelo Senado para negar as informações. O órgão alegou proteção de dados pessoais. Na avaliação do constitucionalista, porém, eventual restrição à publicidade precisa ser fundamentada de forma específica. “O Senado só pode negar o que se enquadre em exceção constitucional ou legal, e mediante motivação específica”, diz.

A redistribuição também ocorre em um momento no qual regras de relatoria, impedimento e suspeição ganharam peso no debate interno do Supremo, principalmente em processos relacionados ao Banco Master.

Na avaliação do professor de direito constitucional, esse contexto dá dimensão institucional à mudança.